



RELISE

CARACTERÍSTICAS DA INOVAÇÃO SOCIAL NOS ESTUDOS SOBRE COOPERATIVISMO DE CRÉDITO BRASILEIRO ENTRE 2015 E 2020¹

CHARACTERISTICS OF SOCIAL INNOVATION IN STUDIES ON BRAZILIAN CREDIT COOPERATION BETWEEN 2015 AND 2020

Quetsia Dantas Magalhães Ribeiro²

Ciro Meneses Santos³

Carlos Alberto Dias⁴

Naldeir dos Santos Vieira⁵

RESUMO

Os problemas de ordem social atingem a sociedade desde o início da formação humana enquanto comunidade. O modelo desenvolvimentista agravou as diferenças e desigualdades entre membros de uma mesma sociedade e com maior ênfase os problemas sociais se destacaram, sendo que as políticas de Estado não foram suficientes para solucioná-los. Alternativamente, é preciso que o Estado atue de forma integrada com organizações não estatais com o fim de fortalecer a comunidade e então construir uma sociedade mais equitativa, com mitigação e até solução de problemas sociais e neste âmbito são necessárias medidas inovadoras. Dentre as organizações da sociedade civil, as cooperativas, especialmente as do ramo de crédito, podem contribuir com esse trabalho integrado. Tais cooperativas possuem potencial de realizar criar e disponibilizar serviços inovadores que possibilitem a melhoria da qualidade de vida de seus cooperados, ações que podem ser consideradas inovações sociais. Assim, o objetivo deste trabalho é caracterizar os estudos realizados sobre cooperativismo de crédito brasileiro produzidos no período entre 2015 e 2020 e identificar a existência e as características de ações socialmente inovadoras atualmente adotadas nesses ambientes cooperativistas. Adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica para tratar o assunto e analisar a produção científica a respeito desse tema. Como

¹ Recebido em 26/03/2021. Aprovado em 20/04/2021.

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. quetsia.dantas@ufvjm.edu.br

³ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. ciro.santos@ufvjm.edu.br

⁴ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. carlos.dias@ufvjm.edu.br

⁵ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. naldeir.vieira@ufvjm.edu.br



RELISE

239

principais resultados, identificou-se as cooperativas de crédito como relevantes para as comunidades nas quais estão inseridas e geram mudanças nesses ambientes o que permite identificar características da inovação social nos trabalhos sobre cooperativismo de crédito. A ação mais recorrente das cooperativas de crédito que culmina em transformações locais é a facilitação do acesso ao crédito com consequente empoderamento comunitário e outros resultados expostos no decorrer do trabalho. Além disso, as cooperativas de crédito têm sido alvos do *marketing* digital que estabeleceu uma nova forma de comunicação entre cooperados e cooperativas, onde os cooperados passaram a interagir mais digitalmente com sua cooperativa, trazendo benefícios coletivos.

Palavras-chave: cooperativismo, cooperativismo de crédito, inovação social, economia solidária.

ABSTRACT

Problems of a social order affect society from the beginning of human formation as a community. The developmental model aggravated the differences and inequalities between members of the same society, and, with greater emphasis, social problems stood out, and State policies were not enough to solve them. Alternatively, it is necessary for the State to act in an integrated manner with non-State organizations in order to strengthen the community and then build a more equitable society, with mitigation and even solution of social problems, and in this scope innovative measures are needed. Among civil society organizations, cooperatives, especially those in the credit sector, can contribute to this integrated work. Such cooperatives have the potential to create and provide innovative services that improve the quality of life of their members, actions that can be considered social innovations. Thus, the objective of this work is to characterize the studies carried out on Brazilian credit cooperatives produced in the period between 2015 and 2020 and to identify the existence and characteristics of socially innovative actions currently adopted in these cooperative environments. A bibliographic review was adopted as a methodology to deal with the subject and analyze the scientific production on this subject. As main results, credit unions were identified as relevant to the communities in which they are inserted and generate changes in these environments, which allows identifying characteristics of social innovation in works on credit unions. The most recurrent action of credit unions that culminates in local transformations is the facilitation of access to credit with consequent community empowerment and other results exposed during the work. In addition, credit unions have been targets of digital marketing that established a new form of communication between cooperative members and



RELISE

240

cooperatives, where cooperative members started to interact more digitally with their cooperative, bringing collective benefits.

Key words: cooperatives, credit cooperatives, social innovation, solidarity economy.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 é garantidora de direitos fundamentais, sociais e coletivos a todos os brasileiros ou não brasileiros que se encontram no Território Nacional. Nos 33 anos que se passaram após sua promulgação, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais permanecem como objetivos ainda a serem alcançados (BRASIL, 1988). Efetivamente, o Estado não tem sido capaz de promover soluções de todos os problemas sociais decorrentes da ausência de efetivação desses direitos, ainda que constitucionalmente garantidos. Este fato indica a necessidade de atuação em rede com diferentes atores sociais que possam colaborar com o Estado na mitigação dos problemas sociais a serem enfrentados com vistas a efetivar os fundamentos propostos constitucionalmente. Dentre os inúmeros atores sociais, as cooperativas de crédito devem ser consideradas, neste processo, por serem instrumentos de desenvolvimento local aptas para fomentar projetos inovadores (inovação social) que contribuam com o fortalecimento da comunidade e assim propiciar a governança de baixo para cima (*bottom up*) (BITTENCOURT; RONCONI, 2016, p. 796; PORTO et al., 2020, p. 37; DUTRA et al., 2020, p. 6).

Neste contexto, as cooperativas de crédito são organizações não estatais com princípios e características específicas constituídas por sociedade de pessoas que objetivam a oferta de prestação de serviços financeiros e são regidas no Brasil pela Lei 5.764/71 (THESING, 2020, p. 5). São instituições com grande destaque no cenário local no qual estão inseridas, tendo em vista as ações sociais que promovem além da facilitação de acesso ao crédito. As



RELISE

241

cooperativas de crédito não se confundem com instituições bancárias em razão, dentre outros motivos, destas objetivarem somente o lucro aos seus acionistas enquanto aquelas visarem precipuamente o bem comum dos seus associados. Os bancos possuem clientes, enquanto as cooperativas de crédito prestam serviços aos seus cooperados ou também chamados de associados e estes têm participação democrática nas deliberações da cooperativa, como também possuem participação nos ganhos financeiros que retornam para a própria cooperativa (JÚNIOR, TAVARE, 2020, p. 185).

A inovação social decorre da terminologia *innovare* que significa “tornar novo”. Na década de 1930 a ideia sobre inovação estava atrelada à tecnologia e consequente concepção de obtenção de valor econômico. Por muitos anos, pensar em inovação era pensar em alguma novidade no setor tecnológico que traria vantagens econômicas para o mercado. Esse conceito de forte conotação à obtenção de valor econômico perdeu relevância, tendo em vista uma nova proposta socialmente reconhecida que visa e gera mudança social e assim, a terminologia “inovação social” foi mencionada pela primeira vez na década de 1970, nos estudos de James B. Taylor e Dennis Gabor (PERIM; SANTOS, 2016, p. 703). Nesse contexto, inovação social é uma proposta que visa soluções criativas e inéditas para resolver demandas sociais de determinado grupo ou comunidade com o fim de melhorar o bem-estar social coletivo (BITTENCOURT; RONCONI, 2016, p. 799).

Neste cenário, na medida em que a inovação social perpassa pelo reajuste dos papéis sociais e fortalecimento da comunidade local e as cooperativas de crédito são consideradas como importantes instrumentos de desenvolvimento econômico local, mister é a necessidade de estabelecer a relação entre inovação social e cooperativismo de crédito, razão pela qual o presente estudo se justifica.



RELISE

242

Além disso, na perspectiva científica, é grande ainda o desconhecimento sobre o papel das cooperativas de crédito na sociedade brasileira e os estudos sobre inovação social ainda são incipientes. Dessa forma, em razão do potencial crescimento dessa temática, como também a capacidade que as cooperativas de crédito detêm de empoderar comunidades e pessoas, este tema é de relevante interesse científico, devendo ser objeto de pesquisas que visam, a partir do panorama teórico, estabelecer possibilidades alternativas de melhoria das condições socioeconômicas da sociedade brasileira (DIEL; SILVA, 2014, p. 37; MACIEL et al., 2020, p. 6). Para tanto, é preciso levantar a questão central deste trabalho: os estudos brasileiros realizados sobre cooperativismo de crédito identificaram características da inovação social neste campo?

As reflexões que serão desenvolvidas no campo teórico da Economia Social e Solidária no corpo deste artigo se fundamentam nos estudos relacionados à Economia Social inicialmente desenvolvido por Dunoyer (1830), Malthus (1860) e Sismondi (1860) e modernamente tratado, entre outros, por Cançado (2020), Thesing (2017) e Schneider (2012); e a Inovação Social dos clássicos autores Mulgan (2007); Moulaert (2013); Murray (2013), e Manzini (2008).

Com base no exposto, o presente artigo tem como objetivo caracterizar os estudos realizados sobre cooperativismo de crédito produzidos dentro de um recorte temporal específico e identificar se há e quais são as características da inovação social atualmente adotadas nesses ambientes cooperativistas a partir do construto apresentado a respeito das características da inovação social.



RELISE

243

REFERENCIAL TEÓRICO

Cooperativismo de crédito

O cooperativismo é considerado como um termo amplo que compreende a dinâmica cooperativista, o conjunto de cooperativas existentes e a doutrina cooperativista (SCHNEIDER, 2012, p. 252). Para Begnis et al (2014, p. 101), “o cooperativismo é como um movimento social vinculado mais proximamente às atividades econômicas envolvendo a produção, consumo, trabalho e a geração de renda”.

O cooperativismo tem sua origem na Europa e surgiu diante da necessidade de fortalecimento dos operários ingleses num contexto de extrema pobreza e desigualdade social (AMARAL, 2019, p. 77). Isso porque, a Europa vivenciava o período da Revolução Industrial, sobretudo na Inglaterra, em meados do século XIX. Todavia, embora tenha sido um momento de expansão econômica da época, a classe operária das novas fábricas era mal remunerada e trabalhava em condições indignas. Nesse cenário, os operários se uniram para lutar por melhores condições de trabalho e renda e ante a recusa dos grandes empregadores, os operários buscaram, de forma cooperativa, alternativas para melhorar suas condições de vida (HOLYOAKE *apud* BEGINS et al, 2014, p. 102; JÚNIOR; TAVARE, 2020, p. 183). Assim, tem-se que o cooperativismo surgiu como uma oportunidade para garantir aos descontentes o acesso a bens e serviços e promover melhores condições de vida com mitigação da desigualdade social promovida por aquele contexto.

Embora haja imprecisão quanto à correta data acerca do surgimento do movimento cooperativista no mundo, a experiência de Rochdale é considerada como marco inicial do movimento. Os operários, insatisfeitos e cientes da concentração econômica do capital aos comerciantes, criaram em 24 de outubro de 1844 um pequeno grupo, com 28 tecelões das Fábricas de



RELISE

244

Rochdale e fizeram o registro da sociedade chamada *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (SCHNEIDER, 2012, p. 256; JÚNIOR; TAVARE, 2020, p. 183).

No Brasil, o cooperativismo surgiu no final do século XIX, notadamente em meados dos anos de 1889, com a instituição de cooperativas nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A criação das cooperativas foi estimulada por movimentos de certas classes profissionais para melhores condições de vida e trabalho (JÚNIOR; TAVARE, 2020, p. 184; JACQUES; GONÇALVES, 2016, p. 496). Especificamente, as primeiras cooperativas de crédito surgiram na região Sul do país, notadamente em razão da influência europeia e dos movimentos cooperativistas que já haviam iniciado no Brasil. Registros apontam que a primeira cooperativa de crédito foi constituída no ano de 1902, logo no início do século XX especificamente no Estado do Rio Grande do Sul e é considerada a mais antiga instituição financeira cooperativa da América Latina (THESING et al., 2020; DIEL; SILVA, 2014, p. 37; LOPES et al., 2015, p. 60).

Desde 1995, o cooperativismo é regido por sete princípios, quais sejam: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre cooperativas e compromisso com a comunidade (SCHNEIDER, 2012, p. 259).

O cooperativismo trata sobre o modo de organização de pessoas que, em linha de princípio, se unem com o fim comum e recíproco almejando determinados objetivos (SCHNEIDER, 2012, p. 253). As cooperativas de crédito são constituídas por meio de sociedade de pessoas que se ajudam mutuamente. Dentre seus objetivos proporcionam a prestação de serviços financeiros comuns e facilitam o acesso ao crédito, porém também objetivam difundir o espírito cooperativo na sociedade na qual estão inseridas com vistas ao bem-estar coletivo, como também visa diminuir as desigualdades sociais



RELISE

245

(JÚNIOR, TAVARE, 2020, p. 184 *apud* PAGNUSSAT, 2004, p. 13). Assim, as cooperativas de crédito, além de facilitarem o acesso ao crédito dos indivíduos, também colaboram em outros sentidos, tendo em vista a importância social que possuem na comunidade (BEGNIS et al., 2014, p. 102; GOLLO; SILVA, 2015, p. 45).

Ainda que a maioria das cooperativas de crédito possuam caráter empresarial no sentido de prestarem serviços financeiros aos associados, estas não se confundem com as instituições financeiras comuns. Isso porque o objetivo das cooperativas de crédito é distinto dos bancos comerciais. As cooperativas de crédito são eficazes na redistribuição de renda e na democratização do crédito em razão da maior acessibilidade do crédito (SILVA et al., 2017, p. 1443). A distribuição dos excedentes nas cooperativas de crédito objetiva a expansão, manutenção e diversificação revestidas em favor da própria cooperativa e seus associados havendo objetivos sociais a serem implementados enquanto que o lucro bancário é revertido apenas para seus acionistas (MAIA et al., 2020, p. 62; SOUZA; SCHMIDT, 2020, p. 82; THESING et al., 2020, p. 6).

O cooperativismo é tido como um relevante instrumento de desenvolvimento e como estratégia de fortalecimento da economia local (PORTO, 2020, p. 35). Isso porque as cooperativas de crédito têm como fundamento o estímulo ao fortalecimento econômico e sustentável das suas comunidades e quando nela inseridas procuram garantir cidadania à população (SOUZA; SCHMIDT, 2020, p. 83). Ainda, as cooperativas de crédito são realidades capazes de fortalecer a comunidade local, atuando como espaços de aplicação de ideias inovadoras na busca de solução ou mitigação de problemas sociais decorrentes do sistema neoliberal (FILÉTI et al., 2019, p. 21). Nesse sentido, as cooperativas de crédito são capazes de propiciarem o



RELISE

246

desenvolvimento de ações que em razão do seu ineditismo sejam capazes de transformar uma determinada realidade coletiva.

Nesse cenário, Zeni e Fumagalli (2019, p. 60) indicam que na mesorregião do Sudoeste Paranaense do Brasil, o cooperativismo de crédito estimula a permanência do capital nos municípios nos quais as cooperativas estão inseridas e evitam o êxodo rural, ao passo que o acesso ao crédito aos pequenos produtores da região é facilitado por meio das políticas públicas. Cidades interioranas do Brasil que possuem cooperativas de crédito demonstram um desenvolvimento econômico maior quando comparados com cidades que não possuem cooperativas (JACQUES; GONÇALVES, 2016, p. 506).

Da inovação social

As pesquisas acadêmicas sobre inovação social debutaram no final do século XX ganhando destaque no início do século XXI. Embora essas pesquisas tenham se fortalecido, a produção acadêmica referente ao mesmo é ainda incipiente (FILÉTI et al., 2019, p. 20). Não há consenso na comunidade científica a respeito da definição sobre inovação social. Apesar disso, não é incorreto considerar inovação social como uma nova maneira de favorecer novas relações sociais. As ações promovidas por ela são corroboradas por um ineditismo que promoverá soluções ou mitigações de problemas sociais e econômicos a partir da mudança da capacidade de agir dos indivíduos via empoderamento comunitário por meio de ações inovadoras (BITTENCOURT; RONCONI, 2016, p 801; VIEIRA et al., 2017, p. 112).

Historicamente, tem-se que a terminologia inovação foi utilizada pela primeira vez na década de 1930 e estava estritamente ligada à ideia de obtenção de valor econômico. A referida ideia foi gerada por Joseph Alois Schumpeter e, portanto, todo sentido de inovação pensado a partir do



RELISE

247

significado acima mencionado possui o caráter schumpeteriano. Todavia, foi com o avanço dos estudos nesta temática e com a observância da necessidade de produzir tecnologia para atender às necessidades humanas é que decorrem os variados conceitos de inovação, inclusive inovação social (VIEIRA; et al., 2020, p. 171; MEDEIROS; et al., 2017, p. 962).

A inovação social passou a ser entendida como aquela que promove e estimula o bem-estar social, tendo em vista as falhas promovidas pelo sistema neoliberal (MEDEIROS et al., 2017, p. 962). A partir disso, existem dois pressupostos principais acerca desta temática. Na perspectiva de Mulgan e outros (2007), o propósito da inovação social é resolver problemas sociais. A forma como a promoção de soluções ocorrerá não é considerada, ou seja, a inovação social se trata do resultado obtido diante de determinada problemática. Por outro lado, na perspectiva de Moulaert (2013), tem-se o pressuposto da inovação social como um processo, isto é, identificam o construto a partir do desenvolvimento de ações inovadoras que resultam em determinado resultado (VIEIRA et al., 2017, p. 112).

Mulgan (2010) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010), citados por Lopes et al. (2015, p. 13), apresentaram um modelo do desenvolvimento da inovação social com a definição de seis estágios, conforme Quadro 1, que foi realizado com base nos referidos autores. De início, tem-se que o primeiro estágio é a fase em que é diagnosticada a necessidade da inovação em um determinado setor/ambiente. Com a visualização das causas que levam à necessidade de inovação, os autores ainda definem no primeiro estágio a importância da inspiração, ou seja, a criatividade para visualizar o melhor caminho para solucionar a questão. O segundo estágio consiste na criação dos projetos de ideias que são esquematizadas para resolver a questão diagnosticada. Em terceiro estágio se trata da fase de teste das ideias outrora pensadas e por consequência o quarto estágio é aquele caracterizado pela



RELISE

248

concretização das ideias, de modo que se tornam práticas cotidianas. Assim, no quinto estágio se traçam as estratégias de crescimento e difusão da inovação e por fim, tratando-se do sexto estágio, ocorre a mudança sistêmica no ambiente em que foi proposta a ideia, geralmente ocorre por um longo período de tempo.

Quadro 1 – Modelo de Processo da Inovação Social

MODELO DO PROCESSO DA INOVAÇÃO SOCIAL	
1º ESTÁGIO	Fase do diagnóstico e da inspiração.
2º ESTÁGIO	Fase da criação e esquematização de ideias.
3º ESTÁGIO	Fase de testes.
4º ESTÁGIO	Fase da concretização das ideias.
5º ESTÁGIO	Fase de traçar estratégias de crescimento e difusão da ideia inovadora.
6º ESTÁGIO	Fase da mudança sistêmica do ambiente em que a ideia inovadora foi implementada.

Fonte: Baseado em Mulgan (2010) e Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010).

Além disso, o objetivo da inovação social pode ser considerado como a capacidade de promover transformações, isto é, assegura que os problemas sociais possam ser mitigados em razão das estratégias que visam melhorar a qualidade de vida dos atores sociais (FILÉTI et al., 2019, p. 4; BITTENCOURT; RONCONI, 2016, p. 801).

Não obstante, em razão da diversidade de conceitos que inovação social possui é certo que existem diversas características possíveis de serem depreendidas desses conceitos. De início, considera-se como uma das características da inovação social a originalidade de determinada ação em determinado setor. Além disso, importa destacar que para haver inovação social é preciso observar a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos



RELISE

249

(VIEIRA et al, 2020, p. 172). Ainda assim, as características não podem estar limitadas às acima mencionadas.

Nesse cenário, um estudo realizado no ano de 2012 procurou sistematizar as características identificadas em 76 conceitos sobre inovação social, sendo as principais características convergentes entre os autores apresentados no estudo citado por Borges et al (2020, p. 122): o empoderamento e desenvolvimento de capacidades de grupos desfavorecidos; a participação e colaboração das pessoas na tomada de decisões e processos de governação local; o alcance de resultados voltados para a melhoria do bem-estar social, sustentabilidade, inclusão social e qualidade de vida de grupos e não apenas de particulares; e, o protagonismo de indivíduos, movimentos sociais, organizações do terceiro setor, empresas e Estado no desenvolvimento de iniciativas de inovação social e na relação entre esses atores sociais como forma de colaboração e cooperação.

Ademais, dentre as caracterizações apresentadas existem ainda dois elementos centrais, quais sejam: a inovação social deve ser focada na mudança e esta mudança deve atender as necessidades humanas ou um problema relevante (PRIM et al., 2020, p. 19; BORGES et al., 2020, p. 123).

Portanto, a partir do construto das características da inovação social, serão estabelecidas as discussões do presente estudo a fim de primeiro, caracterizar os estudos do cooperativismo de crédito para então identificar se eles contêm ou não características da inovação social. A partir disso, haverá condições de identificar quais seriam as práticas inovadoras utilizadas nesses espaços cooperativistas ao longo desse período.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder ao questionamento deste estudo e alcançar o objetivo proposto, optou-se por adotar o método da revisão bibliográfica que tem como



RELISE

250

objetivo desenvolver o estudo a partir de determinadas perspectivas científicas disponíveis em material já elaborado a respeito de determinado tema (GIL, 2002, p. 60). O objetivo desse trabalho tem caráter exploratório tendo em vista que se propõe a explorar os conceitos e ideias a respeito do cooperativismo de crédito e da inovação social. Além disso, a natureza desse trabalho é de cunho qualitativo com utilização da técnica de coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica. Assim, a partir da revisão realizada a respeito de materiais já elaborados com informações ligadas à temática, foi possível verificar as questões que estão atualmente relacionadas ao cooperativismo de crédito (MARCONI; LAKATOS, 2013, p. 183; GIL, 2002, p. 62). Considera-se que artigos científicos sobre cooperativismo de crédito podem apresentar uma revisão que permita a compreensão dos estudos nos últimos anos e, sobretudo seja possível identificar as características da inovação social nesses trabalhos.

Para tanto, inicialmente foi necessário realizar um levantamento bibliográfico a fim de destacar estudos brasileiros sobre cooperativismo de crédito e sobre inovação social realizados no período compreendido entre os anos de 2015 e 2020. Assim, foi realizado um levantamento do estado da arte dos temas a partir da consulta a banco de dados, em revistas científicas, anais de eventos científicos, a partir do termo cooperativismo de crédito e inovação social. Especificamente, no segundo semestre de 2020, fez-se uma busca online na base de dados da plataforma “Google Acadêmico” de publicações em revistas científicas realizadas no período compreendido entre 2015 e 2020.

Por conseguinte, com o objetivo de identificar os trabalhos foram utilizados os descritores [Cooperativismo] [cooperativas de crédito] [Inovação social] [Fator de inovação social] [cooperativas] com a seguinte estratégia [cooperativas OR Cooperativismo OR cooperativas de crédito] AND [Inovação social OR Fator de inovação social]. Com a utilização desses descritores, foram identificadas 16.500 publicações. Dessas publicações, foram analisadas vinte



RELISE

251

páginas da Plataforma “Google Acadêmico” e selecionados 40 trabalhos. Foram identificados inúmeros trabalhos de conclusão de curso e dissertações, esses descartados por estarem disponíveis nos *sites* de repositórios das universidades brasileiras, o qual não foi critério de inclusão, tendo em vista a pretensão de identificar artigos publicados em revistas científicas e congressos.

Para o desenvolvimento do referencial teórico desse artigo, o critério de inclusão para selecionar os 40 trabalhos foi a existência de referenciais teóricos sobre cooperativismo de crédito e sobre inovação social, como também o lapso temporal de 2015-2020. Esses trabalhos inicialmente foram separados em dois eixos temáticos: aqueles sobre cooperativismo de crédito e aqueles sobre inovação social.

Por outro lado, tratando-se dos critérios de inclusão para os trabalhos utilizados na discussão desse estudo deveriam estar publicados em português, entre nos anos 2015-2020 e versarem especificamente sobre os impactos das cooperativas de crédito nas regiões brasileiras. A partir disso, dos 40 trabalhos selecionados e separados entre os temas do cooperativismo de crédito e inovação social, iniciou-se a leitura de resumos, objetivos e conclusão dos trabalhos sobre cooperativismo de crédito a fim de identificar a ideia central das pesquisas. Após essa análise, foram selecionados doze artigos por atenderem especificamente os critérios de inclusão, os quais estão sob análise em tópico próprio deste artigo, qual seja, o tópico da discussão.

Posteriormente, dos trabalhos separados dentro do eixo temático de inovação social, foi necessário identificar os aspectos e as características da inovação social para que fosse realizada a revisão de literatura contida nesse trabalho. Dentre as produções científicas que foram selecionadas a respeito dessa temática, foi realizada uma revisão bibliográfica para identificar as características predominantes da inovação social para que fosse possível elaborar um construto a respeito dessas características.



RELISE

252

A partir do construto elaborado, os estudos a respeito de cooperativismo de crédito foram analisados e foi possível identificar se nesses estudos sobre cooperativismo de crédito há características da inovação social. Assim sendo, classifica-se a elaboração deste artigo em quatro fases, sendo elas: *i)* levantamento bibliográfico; *ii)* leitura e análise dos artigos; *iii)* construção da revisão de literatura com consequente criação do construto a respeito da inovação social e; *iv)* apresentação dos resultados.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A seguir apresentamos os temas que se relacionam com o cooperativismo de crédito e que mais se sobressaíram nos estudos a respeito desta temática nos últimos cinco anos de produções científicas e, ao final, a análise das características da inovação social nos referidos trabalhos.

Cooperativismo de crédito e sua importância nas comunidades

Os estudos sobre cooperativismo de crédito demonstram na sua grande maioria que as cooperativas de crédito são consideradas atores importantes dentro das comunidades nas quais estão inseridas e se destacam por colaborar com o desenvolvimento local (BEGNIS et al., 2014, p. 102; GOLLO; SILVA, 2015, p. 45; PORTO, 2020, p. 35; SOUZA; SCHMIDT, 2020, p. 83; FILÉTI et al., 2019, p. 21).

O cooperativismo de crédito como estratégia do setor econômico se expandiu no Brasil no início do século XXI, todavia, na Europa, quase metade das instituições com intermediação financeira são cooperativas de crédito (JACQUES; GONÇALVES, 2016, p. 492). Nesse sentido, comunidades dos países europeus reconhecem o cooperativismo como um fator sólido na economia local que proporciona uma relação concreta entre comunidade e cooperativas (GIASSI, 2018, p. 7).



RELISE

253

Dentre os princípios que regem o cooperativismo, inclusive o de crédito, tem-se o Princípio da Preocupação com a Comunidade. Trata-se do compromisso que as cooperativas assumem de colaborar com o desenvolvimento local, propiciando ações em favor das pessoas e do meio ambiente com o desenvolvimento de políticas públicas com o fim de estimular as potencialidades de cada comunidade nas quais as cooperativas estão inseridas (SCHNEIDER, 2012, p. 270).

Os recursos privados são aplicados nas cooperativas de crédito e em razão dos princípios cooperativistas e seu modo de organização, os investimentos são em favor da própria comunidade na qual a cooperativa está inserida colaborando com geração de empregos e distribuição de renda (JAQUES; GONÇALVES, 2016, p. 493). Todavia, a cooperativa de crédito não implica em resultados positivos apenas no setor econômico, por serem instrumentos de desenvolvimento e inclusão, ao se considerar que suas ações e projetos minimizam as desigualdades sociais (GIASSI, 2018, p. 7). Filéti et al. (2019, p. 3) corroboram esse sentido ao passo que afirmam que as ações desenvolvidas no ambiente cooperativo visam a qualidade de vida das pessoas e na participação destas nas ações desenvolvidas.

Nesse cenário, Giassi (2018) e Filéti et al. (2019) consideram as mudanças ocorridas nas comunidades nas quais as cooperativas estão inseridas a partir da revisão bibliográfica. Isso porque Giassi (2018) demonstra a importância das cooperativas a partir do construto de desenvolvimento sustentável e conclui que o cooperativismo de crédito contribui para a inclusão social. Nesse mesmo raciocínio, Filéti et al. (2019) evidenciam a importância das cooperativas a partir das ações inovadoras que essas cooperativas realizam. De outro lado, Jacques e Gonçalves (2016) analisam o impacto na renda dos municípios e demonstram que o fato das cooperativas de crédito



RELISE

254

serem localizadas nessas comunidades contribui para a concentração de renda local e geração de empregos.

Existem inúmeras mudanças proporcionadas pelas cooperativas de crédito quando do desenvolvimento de suas ações, porém, algumas delas são mais recorrentes. Na análise dos estudos sobre cooperativismo de crédito, foram identificadas as seguintes transformações na comunidade: acessibilidade maior ao crédito por parte da população, aumento da empregabilidade formal de jovens, a elevação de renda local que retorna para a própria comunidade e consequente impacto positivo na renda municipal, participação ativa dos moradores locais e substituição das instituições financeiras bancárias nas cidades menores que permitem a população realizar um planejamento financeiro (FILÉTI et al., 2019, p. 3; JACQUES; GONÇALVES, 2016, p. 15; GIASSI, 2018, p. 8).

Projetos desenvolvidos pelas cooperativas de crédito que fortalece a comunidade local e a inovação tecnológica

Especificamente, em alguns trabalhos desenvolvidos em determinadas regiões do país foi possível verificar os benefícios que o cooperativismo de crédito exerce sobre a comunidade analisada (ZENI e FUMAGALLI, 2019; JACQUES e GONÇALVES, 2016; REIS e FONTES, 2017 e NIEDERMAYER; GARCIA, 2019).

Destaca-se o trabalho desenvolvido pelas cooperativas de crédito na mesorregião sudoeste paranaense que possuem ênfase rural. De acordo com Zeni e Fumagalli (2019, p. 17), a economia local foi fortalecida pelas cooperativas com o incentivo à poupança, de modo que o dinheiro não saia do município. Existe ainda a concessão de crédito aos cooperados e o programa de habitação rural, isto é, uma política desenvolvida para estímulo da permanência dos produtores no ambiente rural que permite que não haja



RELISE

255

crescimento do êxodo rural. Outro fator elencado é que a participação comunitária nas tomadas de decisão das cooperativas foi identificada (ZENI; FUMAGALLI, 2019, p. 18).

No semiárido do nordeste baiano, região de extrema pobreza e castigada pela caatinga, o acesso aos bancos não permitiu que os pequenos agricultores e demais da população que vive da economia informal pudessem superar sua condição de pobreza. Todavia, com a chegada das cooperativas de crédito na comunidade, a população local passou a ter maior acesso ao crédito e como consequência acumularem renda que posteriormente financiaram o desenvolvimento da região baiana (JAQUES; GONÇALVES, 2016, p. 501). No mesmo sentido de facilidade no acesso ao crédito, uma cooperativa de crédito localizada na Zona da Mata do estado de Minas Gerais proporcionou aos seus associados melhores condições de serviços financeiros, quando comparados com os dos bancos tradicionais. Isso porque uma das formas de beneficiar os cooperados foi a disponibilização de taxas mais acessíveis nas operações de crédito (REIS; FONTES, 2017, p. 44).

Assim, de acordo com Zeni e Fumagalli (2019), Jacques e Gonçalves (2016) e Reis e Fontes (2017), os projetos de inserção das cooperativas de crédito nas regiões diversas do Brasil geraram respostas positivas para as comunidades. Nesses casos, é predominante que as cooperativas de crédito estimularam o acesso ao crédito das pessoas com menos condições de acessá-los nos bancos tradicionais e como consequência essa facilidade contribuiu para a melhoria das condições de vida da população local.

Especificamente, grande parte das zonas rurais brasileiras também não contam com instituições bancárias tradicionais e restou verificado que as cooperativas de crédito surgiram nesses locais como alternativas ao fornecimento de crédito (SCHUNTZEMBERGER, 2015, p. 502). Nesse sentido, a inserção das cooperativas foi considerada um fator importante que gerou um



RELISE

256

impacto positivo no PIB dos municípios cuja principal atividade é agropecuária (SCHUNTZEMBERGER, 2015, p. 513).

Por outro lado, os estudos de Zeni e Fumagalli (2019), Jacques e Gonçalves (2016) e Reis e Fontes (2017) são mais genéricos quando comparados ao estudo de Schuntzemberger (2015). Todavia, é unânime entre os autores que as cooperativas de crédito e seus projetos, principalmente de facilitação do acesso ao crédito, são fatores determinantes para o desenvolvimento das regiões locais. Nesse ponto, o projeto proporcionado pelas cooperativas de crédito que mais se destaca nos trabalhos é voltado para o incentivo ao acesso ao crédito da população local com a diminuição das taxas de juros e o estímulo para o investimento e manutenção do capital financeiro nas comunidades por elas atendidas.

Além disso, o século XXI é marcado pelo desenvolvimento tecnológico a partir da democratização do uso da *internet* que passou a ser disseminada no Brasil ainda no final do século XX (SILVA, 2016, p. 43). A partir disso, as empresas encontraram um novo modelo de comunicação com seus clientes. Em meados do fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000 muitos modelos alternativos de comunicação foram criados (SILVA, 2016, p. 44).

Nesse cenário, as instituições financeiras foram e ainda são atingidas por essa inovação tecnológica. Com o advento desse novo modelo de comunicação, dentre as instituições financeiras que aderiram, estão as cooperativas de crédito digital (NIEDERMAYER; GARCIA, 2019, p. 119). A tecnologia inovadora permite que os usuários interajam de modo instantâneo com a empresa a qual é cliente e isso permite uma comunicação em massa sem a necessidade de utilizar os métodos tradicionais de comunicação como, por exemplo, televisão e jornais impressos (SILVA, 2016, p. 45). Essas mudanças que passaram a conectar pessoas e empresas por meio do uso alternativo dos canais de comunicação objetiva satisfazer a necessidade dos



RELISE

257

clientes e gerar para eles o desejo de adquirirem algo ou ter o acesso facilitado a respeito de determinado serviço. A isso, denomina-se o *marketing* digital (NIEDERMAYER; GARCIA, 2019, p. 125; SILVA, 2016, p. 46).

Embora as pesquisas ainda sejam incipientes, no ano de 2019, foi realizado um trabalho a respeito do marketing digital nas cooperativas de crédito do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul. Nesse contexto, 27% dos entrevistados afirmaram que não há diferenças entre as ações desenvolvidas nas mídias sociais das cooperativas de crédito quando comparadas às instituições financeiras tradicionais. Para esse mesmo público entrevistado, a ação de marketing de conteúdo, ou seja, aquela que publica notícias e informações pertinentes é o diferencial das cooperativas. Desse modo, o associado estabelece uma conexão de confiança com a cooperativa e se informa sobre os serviços prestados e o modo como deve utilizar os meios digitais de atendimento das agências (NIEDERMAYER; GARCIA, 2019, p. 142).

Ainda, considerando o referido estudo, restou constatado que mais da metade do público que respondeu o questionário proposto pelos pesquisadores prefere utilizar o atendimento digital. Isso porque, para o público, a qualidade do serviço prestado de forma digital é elevada e as soluções para seus problemas costumam ser rápidas. Além disso, há a comodidade e segurança quando da realização das transações (NIEDERMAYER; GARCIA, 2019, p. 143).

Características da inovação social nos estudos sobre cooperativismo de crédito

Da análise que será realizada tem-se que com o fim de atingir o objetivo central do trabalho foi necessário traçar um construto a respeito das características da inovação social a fim de que essas possam ser identificadas nos trabalhos sobre cooperativismo de crédito.



RELISE

258

Para tanto o construto a ser utilizado sobre inovação social é aquele que destaca que a inovação social é um processo de empoderamento comunitário e de mudança que atenda às necessidades comuns de determinado grupo ou comunidade a partir da tomada de decisões com participação coletiva e que resulte no bem-estar social comum (PRIM et al., 2020; BORGES et al., 2020).

A mudança, enfatizada como uma das características da inovação social destacadas por Borges et al. (2020), é viabilizada pela presença de um novo tipo de organização nas comunidades, cujos objetivos e estrutura de governança são diferenciados dos identificados nas instituições bancárias tradicionais. Por mais que o cooperativismo de crédito tenha sido implementado há décadas e em diferentes cidades brasileiras, em muitos territórios ele ainda se apresenta como alternativa inovadora em âmbito local. Nos estudos de Zeni e Fumagalli (2019) e Reis e Fontes (2017) podem ser identificadas as características da inovação social ao passo que ambos os trabalhos indicam ações que ela fortalece a comunidade e promove o bem-estar social comum, ao passo que as regiões impactadas são fortemente habitadas por pequenos produtores e empresas de pequeno porte que estimulam a economia local, a partir do acesso ao crédito com juros baixos.

O estudo realizado por Jacques e Gonçalves (2016), embora distinto dos estudos acima expostos, demonstra o aumento da concentração de renda nos municípios que possuem cooperativas de crédito. De forma mais específica, o trabalho do autor Schuntzemberger (2015) é voltado para os municípios cuja atividade regente da economia local é o ramo da agropecuária. Em ambos os casos, após a presença das cooperativas de crédito nos municípios, restou evidenciado uma melhora no PIB dos municípios analisados.

É possível afirmar que em todos os trabalhos mencionados nesse tópico é recorrente que a facilitação do acesso ao crédito é um fator essencial



RELISE

259

que impacta positivamente a vida dos cooperados. Sendo assim, todos os estudos contam com características da inovação social de forma implícita quando a ação cooperativa permite que a comunidade tenha acesso ao crédito a juros baixos e incentiva o investimento financeiro nos próprios municípios. Nota-se que a ação das cooperativas de crédito em permitir que os habitantes locais tenham acesso facilitado ao crédito permite o bem-estar coletivo dessas comunidades.

A esta ação de incentivo ao acesso ao crédito é possível vislumbrar o fator de inovação social, pois colabora com o empoderamento comunitário e permite a diminuição das desigualdades sociais outrora existentes nessas regiões, ainda que as análises finais dos estudos de Zeni e Fumagalli (2019) e Reis e Fontes (2017) tenham sido diferentes dos trabalhos desenvolvidos por Jacques e Gonçalves (2016) e Schuntzemberger (2015). Destaca-se que no recorte temporal de cinco anos, os estudos identificaram esse mesmo fator de facilitação do crédito podendo, portanto, ser considerada a variável mais recorrente que estimula a melhoria da comunidade na qual a cooperativa está inserida.

Em contrapartida, nos estudos a respeito do *marketing* digital nas cooperativas de crédito é possível verificar também características da inovação social. Muito além de uma inovação tecnológica, é a promissora mudança coletiva que se espera na comunidade. Isso porque, com o advento da tecnologia digital verifica-se também um processo de empoderamento dos associados, ora usuários, e vislumbra-se sua maior participação coletiva e consequente bem-estar social dada a facilitação dos serviços a serem prestados, já que são de cunho 100% digital e ainda uma mudança que sane dificuldades de acesso às cooperativas, considerando que muitos dos municípios possuem acesso remoto e a grande área das cooperativas de crédito é a do agronegócio.



RELISE

260

A limitação deste estudo é que os trabalhos revisados não apresentam especificamente como os programas de acesso ao crédito facilitado e empoderamento comunitário são desenvolvidos nas regiões brasileiras, como também são incipientes as pesquisas que analisam o impacto da tecnologia digital para melhor análise dos seus efeitos. Contudo, por apresentarem determinadas características já explanadas, pode-se afirmar que existe inovação social nos estudos sobre cooperativismo de crédito dos últimos cinco anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão ora apresentada, de modo geral, é possível perceber os avanços dos estudos acerca do cooperativismo de crédito. Em torno dos aspectos sociais, nota-se que as produções científicas sobre o tema têm apresentado a importância e relevância das cooperativas de crédito nas comunidades em que estão inseridas, indicando, em sua maioria, resultados positivos das ações desenvolvidas nesses contextos. Sobre o tema inovação social, é possível perceber que as pesquisas continuam incipientes e havendo uma diversidade de conceitos e características paralelas, não sendo unânime entre os autores um conceito fechado sobre o seu significado.

Assim, do ponto de vista teórico, o artigo permite demonstrar que é possível a criação de construtos sobre determinado assunto, nesse caso, as características da inovação social, para auxiliar os estudos em outras áreas como foi pretendido no presente trabalho, quando realizada a análise dos artigos sobre cooperativismo de crédito.

A partir disso, considerando o potencial das organizações não estatais em contribuir com o desenvolvimento da sociedade e sua corresponsabilidade com o Estado para a tentativa de solução de problemas sociais e considerando a inovação social como uma alternativa para traçar soluções para esses



RELISE

261

determinados problemas, investigar os trabalhos produzidos e publicados sobre cooperativas de crédito permite identificar se as ações podem estar sendo realizadas e se de fato a organização não estatal tem contribuído com a sociedade, sem se eximir da sua função social enquanto atividade econômica.

Nesse contexto, foi possível identificar características da inovação social nas produções acadêmicas sobre cooperativismo de crédito, ainda que de forma implícita. Isso porque os trabalhos demonstram que as ações desenvolvidas pelas cooperativas de crédito em suas comunidades, sobretudo o estímulo ao acesso ao crédito de forma democrática, propiciam mudanças por meio de maior participação dos moradores locais, como também fomentam e estimulam o acesso ao crédito que retorna para a própria comunidade, impactando o desenvolvimento local e na redução do número de pessoas em condições de miserabilidade.

Todavia, a pesquisa encontra limites, uma vez que são poucas as produções que pormenorizam projetos alternativos à acessibilidade do crédito desenvolvidos entre as cooperativas e comunidades. Nesse cenário, esse trabalho propõe questionamentos que merecem estudos com profundidade: quais são os projetos desenvolvidos pelas cooperativas de crédito? Como esses projetos são desenvolvidos com a comunidade? Qual o real impacto de projetos sociais desenvolvidos pelas cooperativas de crédito a seus cooperados? Esses projetos podem ter características da inovação social? Quais as características da inovação social presentes nos projetos desenvolvidos pelas cooperativas de crédito?

Espera-se que a discussão deste trabalho possa estimular revisões bibliográficas que identifiquem outros construtos em trabalhos de outras áreas com o fim de unir eixos temáticos que podem estar interrelacionados. Além disso, pode estimular pesquisas que viabilizem estudos de casos ou de natureza quantitativa para identificar os aspectos desse tema em diversas



RELISE

262

regiões brasileiras. O desafio consiste em estimular o desenvolvimento de estudos sobre cooperativismo de crédito e inovação social para além do campo teórico.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Augusto. Cooperativismo: breve história de uma alternativa de trabalho e renda. **Revista FAIPE**. V. 9, n. 1, p. 70-84, jan./jun. 2019. ISSN 2179-9660.

BITTENCOURT, Bernadete de Lourdes; RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 5, p. 795-818. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000500795&lng=en&nrm=iso>.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; AREND, Silvio Cezar; ESTIVALETE, Vania de Fatima Barros. Em frente ao espelho: a produção do conhecimento em cooperativas na Revista de Economia e Sociologia Rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 99-116, Mar. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000100006>>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

BORGES, Michele Andréia; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOARES, Antônio Lucas. O processo de formação de parcerias intersetoriais em iniciativas de inovação social em Portugal. **Anál. Social**, Lisboa, n. 234, p. 118-143, mar. 2020. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732020000100005&lng=pt&nrm=iso>

DIEL, Fábio José and SILVA, Tarcísio Pedro da. Análise da eficiência e o posicionamento do ranking das cooperativas de crédito do Brasil. **Interações (Campo Grande)** [online]. 2014, vol.15, n.1, pp.35-45. ISSN 1518-7012. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100004>>

DUTRA, Pedro Henrique; SANTOS, Ciro Meneses; DIAS, Carlos Alberto; HIGUCHI, Agnaldo Keiti. A estratégia de desenvolvimento local pela atuação



RELISE

263

em rede do poder público com as organizações da sociedade civil: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, p. 1-14, 2020. Disponível em: <
<https://www.researchgate.net/publication/340909373> A estratégia de desenvolvimento local pela atuação em rede do poder público com as organizações da sociedade civil uma revisão integrativa>

FARIA, Carolinne Roque; FARIA, Carlos Eduardo da Silva; FARIA, Brunno Roque. *Fintech* cooperativista de crédito rural: um estudo sobre a viabilidade de uma *startup* digital “ganha-ganha”. **Anais Sintagro**, Ourinhos-SP, v. 11, n. 1, p. 233-243, 22 e 23 out. 2019. Disponível em: <
https://www.fatecourinhos.edu.br/anais_sintagro/index.php/anais_sintagro/article/view/72/29>

FILÉTI, Giovana de Souza; PRIM, Márcia Aparecida; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. Inovação Social e Cooperativismo: Aliados na Inclusão Social. **Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – ciki**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/749>.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIONGO, Carmem Regina; MONTEIRO, Janine Kieling. Trabalho Cooperado na Suinocultura: emancipação ou precarização. **Psicologia, Ciência e Profissão**. 2015, p. 1206-1222. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1206>>

GOLLO, Vanderlei; SILVA, Tarcísio Pedro. Eficiência no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras. **RCO**. v. 9, n. 25 (2015). Disponível em: <
<https://doi.org/10.11606/rco.v9i25.88099>>.

GUERRA JÚNIOR, Antônio Carlos; TAVARE, Tueli Rodrigues. A prática da intercooperação no cooperativismo de crédito: um estudo de caso de uma agência compartilhada por quatro cooperativas de crédito de Minas Gerais. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. v. 7, Edição Especial, 2020. DOI: 10.5902/2359043240943.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONCALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Econ. soc.** [online]. 2016, vol.25, n.2, pp. 489-509.



RELISE

264

LOPES, Daniel Paulino Teixeira; VIEIRA; Naldeir dos Santos; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz; PARENTE, Cristina. Inovação gerencial e inovação social: pensando para além da inovação tecnológica. **XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia**. 19 a 22 de outubro, Porto Alegre, 2015.

MACIEL, Ana Paula Blanke; SEIBERT, Rosane Maria; SILVA, Raiziane Cássia Freire; WBATUBA, Berenice Beatriz Rossner; SALLA, Neusa Maria da Costa. Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária. **Rev. adm. contemp.** Curitiba, v. 22, n. 4, p. 600-619, Ago. 2018. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552018000400600&lng=en&nrm=iso>.

MATIAS, Alberto Borges; QUAGLIO, Gislaine de Miranda; LIMA, João Paulo Resende de e MAGNANI, Vinícius Medeiros. Bancos versus cooperativas de crédito: um estudo dos índices de eficiência e receita da prestação de serviços entre 2002 e 2012. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie** [online]. 2014, v.15, n.5, pp.195-223. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n5p195-223>>

MARTINS, Denise Maria; FARIA, Ana Cristina e FARINA; Milton Carlos. Cooperação e Poder na Qualidade do Relacionamento das Cooperativas de Crédito. **Revista de Administração Faces**. v. 15, n. 2 - abril/junho 2016. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/3092/0> .

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 183p.

MEDEIROS, Carolina Beltrão; GALVÃO, Carlos Eduardo de Sousa; CORREIA, Suzanne; GÓMEZ, Carla Pasa. Inovação Social além da tecnologia social: constructos em discussão. **RACE**, , v. 16, n. 3, p. 957-982, set./dez. 2017

NIEDEMAYER, Amanda Luiza; GARCIA, Priscila. Ações de marketing digital que diferem bancos múltiplos de cooperativas de crédito. **Revista de Administração Dom Alberto**, v. 6, n. 9, p. 118-153, jul. 2019.

PORTO, Wellington Silva; RIBEIRO; Marco Túlio José de Barros; ANJOS, Luiz Carlos Marques; SAMPAIO; Yone de Sá Barreto. Precisa sobrar mais:



RELISE

265

gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras. **Pensar Contábil**, v. 22, n. 77, p. 34-44, jan./abr. 2020.

PRIM, Márcia Aparecida; MASSAD, Daniela de Oliveira; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. Inovação social: da essência ao seu poder de transformar. In: Gertrudes Aparecida Dandolini [et al.]. **Inovação Social, Negócios Sociais e Desenvolvimento Sustentável**. . Nova Xavantina:MT: Pantanal, 2020, p. 13-28.

REIS, Brício dos Santos; FONTES, Elaine Alexandra. Análise da Eficiência Sócio Financeira de uma Cooperativa de Crédito de Minas Gerais. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC Santa Maria, RS**, v.4, n.8, jul./dez. 2017 ISSN: 2359-0432 DOI: 10.5902/2359043227866

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**. v. 3, n 2, jul./dez. 2012.

SCHUNTZEMBERGER, Amanda Massaneira de Souza et al. Análises Quase-experimentais Sobre o Impacto das Cooperativas de Crédito Rural Solidário no PIB Municipal da Agropecuária. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 53, n. 3, p. 497-516, Sept. 2015. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303007> >.

SILVA, Vanessa Bolico. Marketing digital como ferramenta estratégica e as oportunidades nas redes sociais. **E3 Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**. v. 2, n. 1, p. 42-61, 2016,

SOUZA, Daniela Maria; SCHMIDT, Derli. Comparativo de desempenho econômico-financeiro e social entre cooperativas de crédito e Bancos comerciais privados não cooperativos. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis – FACCAT**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2020.

SUCUPIRA, Grazielle Isabelle Cristina Silva; FREITAS, Alair Ferreira de. Cooperativismo De Crédito Solidário: um arranjo institucional em prol do desenvolvimento local. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, , v. 6, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/119>>.

THESING, Nelson José; SOUZA, Luciana Moro; THOMAS, Tarcio Ricardo; NOGUEIRA, Tatiane Peno; SANTOS, Vaneza Lima. Atuação do Conselho



RELISE

266

Fiscal no processo de governança em uma cooperativa de crédito. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd>.

VIEIRA, Naldeir dos Santos.; PARENTE, Cristina; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social. **Sociologia**, Porto, n. 7, p. 100-121, dez. 2017.

VIEIRA, Naldeir dos Santos; NETO, José Maria Ribeiro; CANÇADO, Airton Cardoso. Educação cooperativista e inovação social: o caso da Cooperativa de Trabalho de Pessoas com Deficiência e Familiares – COOPDEF. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. v. 7, n. 14, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41195>>

ZENI, Marcos; FUMAGALLI, Luis André. A Participação das Cooperativas de Crédito no Desenvolvimento de Pequenas Cidades: o caso da mesorregião Sudoeste Paranaense. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 47 - 62, jul./dez. 2019 (2019).